

Ventos de São Galvão Holding S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de
2024**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Acionistas e Administradores da
Ventos de São Galvão Holding S.A.
Maracanaú – Ceará**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ventos de São Galvão Holding S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ventos de São Galvão Holding S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 14 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC CE-003141/F-5



Pedro Barroso Silva Junior
Contador CRC CE-021967/0-5

Ventos de São Galvão Holding S.A.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora		Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023			31/12/2024	31/12/2023		
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.312	1.830	16	29	Fornecedores		585	15	-	-
Contas a receber de clientes	6	3.396	2.775	-	-	Dividendos a pagar	10	944	3.735	944	3.735
Dividendos a receber	15	-	-	951	3.753	Empréstimos e financiamentos	9	5.720	5.813	-	-
Outros créditos		560	372	12	8	Partes relacionadas – outras contas a pagar	15	360	354	-	1
Partes relacionadas - outros créditos	15	1.177	2.149	-	-	Obrigações fiscais		260	215	-	-
						Imposto de renda e contribuição social	17	375	254	-	-
						Outras contas a pagar		1.035	1.247	-	-
Total do Ativo Circulante		10.445	7.126	979	3.790	Total do Passivo Circulante		9.279	11.633	944	3.736
Aplicações financeiras vinculadas	5	11.221	11.232	-	-	Empréstimos e financiamentos	9	121.428	127.653	-	-
Realizável a longo prazo		11.221	11.232	-	-	Total do Passivo Não circulante		121.428	127.653	-	-
Investimentos	8	-	-	59.691	56.640	Patrimônio líquido	10	49.414	49.414	49.414	49.414
Imobilizado	7	168.767	177.622	-	-	Capital social		2.380	2.181	2.380	2.181
						Reserva legal		7.932	5.099	7.932	5.099
						Reserva de lucros a distribuir					
		168.767	177.622	59.691	56.640	Total do Patrimônio líquido		59.726	56.694	59.726	56.694
Total do Ativo Não Circulante		179.988	188.854	59.691	56.640	Total do Passivo		130.707	139.286	944	3.736
Total do Ativo		190.433	195.980	60.670	60.430	Total do Passivo e Patrimônio líquido		190.433	195.980	60.670	60.430

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ventos de São Galvão Holding S.A.

Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida de vendas	11	36.253	31.649	-	-
Custos operacionais	12	(19.227)	(12.882)	-	-
Lucro bruto		17.026	18.767	-	-
Despesas gerais ou administrativas	13	(1.497)	(1.610)	(28)	(18)
Outras despesas operacionais		(1.049)	-	-	-
Despesas operacionais		(2.546)	(1.610)	(28)	(18)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		14.480	17.157	(28)	(18)
Receitas financeiras	14	1.331	2.155	5	5
Despesas financeiras	14	(10.249)	(10.437)	(4)	(3)
Resultado financeiro		(8.918)	(8.282)	1	2
Resultado de equivalência patrimonial	8	-	-	4.003	7.174
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		5.562	8.875	3.976	7.158
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(1.586)	(1.717)	-	-
Lucro do exercício		3.976	7.158	3.976	7.158

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ventos de São Galvão Holding S.A.
Demonstrações do resultado abrangente
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro do exercício	3.976	7.158	3.976	7.158
Resultado abrangente total	3.976	7.158	3.976	7.158

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ventos de São Galvão Holding S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros a distribuir	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		49.414	1.823	16.235	-	67.472
Lucro do exercício		-	-	-	7.158	7.158
Destinação do Lucro						
Reserva legal	10	-	358	-	(358)	-
Dividendos obrigatórios	10	-	-	-	(1.700)	(1.700)
Dividendos adicionais distribuídos	10	-	-	(16.236)	-	(16.236)
Reserva de lucros a distribuir	10	-	-	5.100	(5.100)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		49.414	2.181	5.099	-	56.694
Lucro do exercício		-	-	-	3.976	3.976
Destinação do lucro:						
Reserva legal	10	-	199	-	(199)	-
Dividendos obrigatórios	10	-	-	-	(944)	(944)
Reserva de lucros a distribuir	10	-	-	2.833	(2.833)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		49.414	2.380	7.932	-	59.726

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ventos de São Galvão Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro do exercício		3.976	7.158	3.976	7.158
Ajustes para:					
Depreciação	7	8.804	8.814	-	-
Equivalência patrimonial	8	-	-	(4.003)	(7.174)
Rendimento de aplicações	5	(1.053)	(1.051)	-	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	9	9.600	9.866	-	-
Apropriação do custo de captação	9	553	452	-	-
Imposto de renda e contribuição social	17	1.586	1.717	-	-
Outros		536	449	-	-
		24.002	27.405	(27)	(16)
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		(621)	1.005	-	-
Outros créditos		(657)	(521)	(3)	-
Partes relacionadas - outros créditos, líquido de outras contas a pagar		978	(505)	(1)	-
Fornecedores		570	14	-	-
Obrigações fiscais		(268)	(433)	-	-
Outras contas a pagar		(212)	988	-	-
Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		23.792	27.953	(31)	(16)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	9	(9.551)	(10.067)	-	-
Impostos pagos sobre o lucro	17	(994)	(1.505)	-	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		13.247	16.381	(31)	(16)
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aplicações financeiras	5	-	(5.446)	-	-
Resgates de aplicações financeiras	5	906	-	-	-
Aquisição de imobilizado	7	(16)	-	-	-
Dividendos recebidos	8	-	-	3.753	19.611
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de investimento		890	(5.446)	3.753	19.611
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Dividendos pagos a acionistas	10	(3.735)	(19.613)	(3.735)	(19.613)
Amortizações de principal - empréstimos e financiamentos	9	(5.748)	(5.090)	-	-
Custo de captação - empréstimos e financiamentos	9	(1.172)	(1.725)	-	-
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(10.655)	(26.428)	(3.735)	(19.613)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa					
		3.482	(15.493)	(13)	(18)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	1.830	17.323	29	47
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	5.312	1.830	16	29
Redução (Aumento) de caixa e equivalentes de caixa					
		3.482	(15.493)	(13)	(18)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Ventos de São Galvão Holding S.A. ("Companhia"), com sede em Maracanaú (CE), foi constituída em 28 de outubro de 2010, tem como objeto social participar como acionista do capital social de sociedades que atua em empreendimentos no setor de energia renovável.

Sua controlada foi constituída em 11 de maio de 2015 e tem por objeto social: o desenvolvimento, a construção, a instalação, a operação, a manutenção e a exploração do empreendimento de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica denominado EOL Ventos de São Januário 21; e a comercialização de energia elétrica.

O empreendimento da Controlada possui 50,4 MW de capacidade instalada, está localizado em Campo Formoso (BA) e entrou em operação comercial a partir do dia 30 de junho de 2020. A Controlada comercializa energia no mercado regulado e no mercado livre, através de contratos de longo prazo.

1.1 Eventos societários relevantes que ocorreram no exercício

Em 15 de janeiro de 2024 a Casa dos Ventos S.A. ("CDV") transferiu 6.607.654 ações ordinárias classe B à Air Liquide Brasil Ltda. ("Air Liquide"). A partir desta data, a Air Liquide passou a ter 6.607.654 ações ordinárias classe B, todas nominativas e sem valor nominal, que correspondem a 13,37% do total de ações e 1,34% do capital social da Ventos de São Galvão Holding S.A. Em 31 de dezembro de 2024 a Air Liquide possui o montante de R\$ 661 do capital social da Companhia.

Em 13 de maio de 2024 a CDV transferiu 494.138 ações ordinárias classe A e 24.706.867 ações preferenciais da Ventos de São Galvão Holding S.A., totalizando a transferência total de 25.201.005 ações, à FLS RDV Subholding S.A. ("FLS RDV"), que passou a ser sua controladora direta, permanecendo a CDV como controladora final da Companhia. A partir desta data, a FLS RDV e a CDV passaram a ter participação direta no capital social de R\$46.992 e R\$1.761, respectivamente.

2 Base de preparação e políticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Além disso, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 14 de março de 2025.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas e nas políticas contábeis.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no período findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota 2.7** – vida útil do ativo imobilizado: determinar a expectativa de vida útil dos equipamentos e componentes do empreendimento, conforme relatório de consultoria especializada.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e sua Controlada usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir suas atividades relevantes, conforme disposições do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

As entidades são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Transações, saldos e resultados de transações entre controlada e controladora são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis da controlada são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada, listada a seguir:

Controlada	Localização	Data de constituição	Status	Tipo de investimento		% de participação no Capital Social	
				31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ventos de São Galvão Energias Renováveis S.A.	Campo Formoso (BA)	11/05/2015	Em fase operacional	Controlada	Controlada	100%	100%

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações *intercompany*, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações *intercompany*, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

2.6 Instrumentos financeiros

A Companhia e sua controlada classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por “*impairment*”. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia e sua controlada classificam seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e sua controlada se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua Controlada alterem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e sua controlada desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, quando transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e sua controlada não transferem e nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e sua controlada realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantêm todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e sua controlada desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e sua Controlada são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, dividendos a receber, partes relacionadas – outros créditos e aplicações financeiras vinculadas.

Os passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e sua Controlada são: empréstimos e financiamentos, fornecedores, partes relacionadas – outras contas a pagar, dividendos a pagar e outras contas a pagar.

2.7 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“*impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia e sua Controlada não identificaram quaisquer indícios de *impairment* com relação aos seus ativos não financeiros.

2.8 Ativo imobilizado (Consolidado)

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados ao imobilizado durante o período em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso dos ativos construídos internamente, após a emissão do último despacho comercial, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), para os aerogeradores do empreendimento, momento que caracteriza o marco inicial da operação comercial plena da Companhia.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com relatório de unitização do empreendimento, elaborado por consultoria especializada, seguindo diretrizes estabelecidas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica ("MCPSE"), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL."

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

2.9 Receitas e despesas financeiras

Todos os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.10 Imposto de renda e contribuição social (Consolidado)

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia e sua Controlada operam e geram receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidas no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais..

Ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais de apuração de imposto de renda e base negativa de contribuição social não são registrados. Na data-base das demonstrações financeiras, a Companhia e sua controlada não possuem diferenças temporárias.

A Companhia, optante pelo regime tributário do lucro real anual, não apresentou imposto de renda e contribuição social a pagar no período.

O imposto de renda da Controlada foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240. A contribuição social da Controlada foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

2.11 Arrendamento

A Controlada não adotou o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), para os contratos de arrendamento e de Direito de Uso, a partir do início operacional, uma vez que os fluxos de pagamento previstos contratualmente são todos de contraprestação variável com base em percentual sobre as receitas futuras, cujos valores não são conhecidos.

2.12 Receita operacional (Consolidado)

A receita operacional do curso normal das atividades da controlada é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A Controlada reconhece a receita operacional quando a transferência (ou promessa) de bens ou serviços aos clientes refletem a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

A NBC TG 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, no caso das Subsidiárias, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas operacionais da Controlada são provenientes da venda de energia gerada. As receitas provenientes da venda de energia gerada são registradas com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos Contratos no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”), e dos contratos firmados no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

A receita de venda de energia elétrica (geração centralizada) é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

2.13 Mudanças nas principais políticas contábeis

Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *covenants*.

A Companhia e sua controlada adotaram a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26/IAS 1) e passivos não circulantes com *covenants* (alterações ao CPC 26/IAS 1) a partir de 1º de janeiro de 2024.

As alterações se aplicam retrospectivamente. Elas esclarecem certos requisitos para determinar se um passivo deve ser classificado como circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos de empréstimos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* dentro de 12 meses após o período de relatório.

Apesar da mudança na política, não há impacto nas demonstrações individuais e consolidadas comparativas, pois a Companhia e sua controlada não possuem notas conversíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

2.14 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras:

- (a) **IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.
- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
 - As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
 - Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

- (b) **Outras normas contábeis:** não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).
 - Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e sua Controlada. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado relacionado ao empreendimento.

A Administração da Companhia e sua Controlada mantêm contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política de tesouraria. As aplicações são autorizadas e aprovadas pela controladoria, e aplicações que não estejam previstas na política são avaliadas pela Diretoria Executiva. Os limites de crédito da política de tesouraria são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Tais limites foram incorporados ao regulamento dos Fundos de Investimentos nos quais a Companhia aplica a maior parte do caixa disponível.

A controladora final da Companhia é a CDV, portanto a Administração da CDV estabelece um montante mínimo de posição em caixa para cada empresa, a depender do estágio operacional em que cada uma se encontra e observando as obrigações dos contratos de financiamento. Tal posição de caixa deve ser suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo com fornecedores, entidades governamentais e acionistas. Além disso, o Orçamento da CDV estabelece o caixa mínimo a ser mantido na controladora e nas controladas. Todo recurso disponível deve ser, sempre que possível, aplicado nos Fundos de Investimentos da CDV através do FIC Domus Ventis (“FIC Consolidador”).

Com relação às contas a receber de clientes, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio da seletividade de clientes e de análises de crédito contínuas. Adicionalmente, com base no histórico operacional da Companhia, inexistem históricos relevantes de perdas de títulos a receber.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez refere-se à possibilidade de a Companhia não cumprir suas obrigações financeiras nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. Os principais passivos financeiros contratados são financiamento com o BNB, apresentados na nota 9.

A Administração monitora o nível esperado de entradas e saídas de seu fluxo de caixa, de forma a garantir suprimento adequado para a operação. Adicionalmente, os saldos das contas reserva vinculadas podem ser utilizados para cobertura temporária de caixa para cumprimento do serviço da dívida e pagamento ao fornecedor de O&M.

(iv) Risco de mercado

Risco de Mercado é a possibilidade de perdas financeiras decorrentes da variação nos preços de mercado dos ativos e passivos da companhia, incluindo, mas não se limitando a taxas de juros, taxas de câmbio, preços de commodities e ações. Esse risco impacta diretamente a avaliação de instrumentos financeiros e a exposição econômica da empresa, podendo afetar tanto o valor justo quanto os fluxos de caixa futuros. A

Administração monitora e gerência sua exposição ao risco de mercado por meio de estratégias de hedge, análise de sensibilidade e modelos de mensuração como Value at Risk (VaR) e testes de estresse, de acordo com as normas contábeis e regulatórias aplicáveis.

A Administração não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado. A Companhia e sua controlada não possui em 31 de dezembro de 2024 e 2023 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira. A dívida contratada, apresentada na nota 8, possui riscos de mercado associados à volatilidade do IPCA.

Análise de sensibilidade

Descrição	Saldos		Risco	Cenário	
	31/12/2024	31/12/2023		25%	50%
Fundo de investimentos - restrito	4.894	4.894	Baixa do CDI	4.823	4.753
Efeito no resultado	274	274		203	133
Aplicações financeiras	11.221	11.221	Baixa do CDI	10.940	10.671
Efeito no resultado	1.053	1.053		772	503
Empréstimos e financiamentos	(135.236)	(135.236)	Alta do IPCA	(137.806)	(140.377)
Efeito no resultado	(9.600)	(9.600)		(12.170)	(14.741)

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento	418	240	7	4
Aplicações financeiras	-	221	-	-
Aplicações financeiras – fundo de investimento restrito (a)	4.894	1.369	9	25
Total	5.312	1.830	16	29

- (a) A Companhia e sua controlada possuem aplicações alocadas em fundo de investimento, classificados em caixa e equivalentes de caixa, e encontram-se disponíveis para resgate a qualquer momento. Esses fundos não têm prazo determinado para o seu encerramento uma vez que tal decisão depende das condições de mercado aliadas ao direcionamento da Administração. A remuneração é baseada na variação do CDI e a rentabilidade em 31 de dezembro de 2024 foi de 11,25% a.a. (13,32% acumulado em 31 de dezembro de 2023).

5 Aplicações financeiras vinculadas (Consolidado)

a. Composição do saldo

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações vinculadas – Fundo de Liquidez BNB (a)	8.955	9.142
Aplicações vinculadas – Conta Reserva de O&M (a)	2.266	2.090
Total	11.221	11.232

- Ativo não circulante 11.221 11.232
- (a) As aplicações financeiras de longo prazo são mantidas no Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”), e referem-se a obrigações de garantias assumidas no Contrato de Financiamento firmado com o BNB em 30 de novembro de 2018. Tais recursos serão mantidos por todo período do mesmo instrumento, sendo os valores dados em garantia e podendo ser utilizados pelo banco para pagamento de obrigações relacionadas ao contrato, no caso do fundo de liquidez, ou para pagamentos relacionados ao contrato de operação e manutenção do projeto, no caso da conta reserva de O&M. Os valores são aplicados em um fundo de investimento em renda fixa referenciado DI, e tiveram remuneração de 10,12% a.a. em 31 de dezembro de 2024 (12,09% a.a em 31 de dezembro de 2023).

b. Movimentação do saldo

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Saldos iniciais	11.232	4.886
Rendimento de aplicações	1.053	1.051
Retenção de imposto de renda sobre rendimentos	(158)	(151)
Aplicações financeiras	-	5.446
Resgates de aplicações financeiras	(906)	-
Saldos finais	11.221	11.232

6 Contas a receber de clientes (Consolidado)

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Venda de energia – terceiros	2.223	1.579
Venda de energia – partes relacionadas (nota 15)	1.173	1.196
Total	3.396	2.775

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Administração considera não ser necessária a constituição de provisão para perdas com o valor recuperável de contas a receber, pois por regra estabelecida pela Câmara De Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), todos os títulos a receber são liquidados no mês subsequente ao fornecimento da energia. Adicionalmente, em análise retrospectiva, não se identifica perdas históricas, bem como expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis.

A Companhia e sua Controlada não apresentavam títulos vencidos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

7 Imobilizado (Consolidado)

a. Composição do saldo

Descrição	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2024	31/12/2023
Torres anemométricas	10%	529	(319)	210	333
Máquinas e equipamentos	1,8% a 16,6%	206.433	(39.862)	166.571	175.219
Edificações	3,3% a 4%	2.321	(378)	1.943	2.023
Móveis e utensílios	20%	62	(19)	43	47
Total		209.345	(40.578)	168.767	177.622

b. Movimentação do saldo

Descrição	31/12/2023	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2024
Torres anemométricas	333	-	(67)	(56)	210
Máquinas e equipamentos	175.219	16	-	(8.664)	166.571
Edificações	2.023	-	-	(80)	1.943
Móveis e utensílios	47	-	-	(4)	43
Total	177.622	16	(67)	(8.804)	168.767

Descrição	31/12/2022	Depreciação	31/12/2023
Torres anemométricas	400	(67)	333
Máquinas e equipamentos	183.883	(8.664)	175.219
Edificações	2.102	(79)	2.023
Móveis e utensílios	51	(4)	47
Total	186.436	(8.814)	177.622

8 Investimentos (Controladora)

a. Composição do saldo

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Ventos de São Galvão Energias Renováveis S.A.	59.691	56.640
Total	59.691	56.640

b. Movimentação do saldo

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Saldos iniciais	56.640	67.414
Equivalência patrimonial	4.003	7.174
Distribuição de lucros (a)	(952)	(17.948)
Saldos finais	59.691	56.640

Durante o exercício de 2024 a controlada efetuou pagamentos à controladora a título de distribuição de lucros no montante de R\$ 3.753 (R\$ 19.611 em 31 de dezembro de 2023), que tiveram efeito caixa no período.

c. Saldos da controlada

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Ativo	190.403	195.942
Passivo	130.712	139.302
Patrimônio líquido	59.691	56.640
Resultado do exercício	4.003	7.174

9 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

Em 30 de novembro de 2018, a controlada celebrou contrato de financiamento com o BNB, no valor de R\$ 183.436 destinado à implantação do empreendimento, providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (“FNE”).

Os encargos da operação correspondem à taxa composta (i) pela variação acumulada do IPCA e (ii) pela taxa de juros prefixada de 2,27% ao ano. O período total de pagamento é de 214 meses com carência de 27 meses, sendo a primeira prestação liquidada em 28 de fevereiro de 2021 e a prestação final a vencer em 15 de dezembro de 2038. Em dezembro de 2020 a controlada realizou a primeira aplicação em conta de reserva vinculada, conforme citado na nota 5(a), previsto no contrato de financiamento com o BNB.

Os contrato de financiamento é garantido por meio de (i) fianças bancárias para cobertura de 50% do saldo devedor do financiamento, que poderão ser adicionalmente reduzidas mediante o cumprimento de determinadas condições de liberação parcial de fiança previstas no contrato, e (ii) garantias usuais no âmbito de financiamento de projetos, quais sejam, penhor de ações e aerogeradores, e cessão fiduciária de direitos creditórios detidos pela controlada, incluindo contas reserva em fundo de liquidez e conta reserva de O&M.

O contrato contém cláusulas restritivas (*covenants*) que estabelecem que a controlada deve atingir determinado Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) e se manter abaixo de determinado Índice de Dívida Líquida / EBITDA.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a controlada encontrava-se adimplente com os *covenants* financeiros estabelecidos no contrato de financiamento.

a. Composição do saldo

Descrição	Tipo	31/12/2024	31/12/2023
BNB	FNE	135.236	140.935
Custo de captação		(8.088)	(7.469)
Total		127.148	133.466

b. Movimentação da conta

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Saldos iniciais	133.466	140.030
Amortizações de principal	(5.748)	(5.090)
Juros incorridos	9.600	9.866
Amortização de juros	(9.551)	(10.067)
Apropriação do custo de captação	553	452
Custo de captação incorrido no exercício	(1.172)	(1.725)
Saldos finais	127.148	133.466

Circulante	5.720	5.813
Não circulante	121.428	127.653

c. Cronograma de pagamentos das parcelas de longo prazo

Vencimento	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor	%	Valor	%
2025	-	-	5.837	4%
2026	6.518	5%	6.508	5%
2027	6.572	5%	6.561	5%
2028	6.571	5%	6.561	5%
2029	7.224	6%	7.212	5%
2030	7.913	6%	7.899	6%
2031	8.656	7%	8.643	6%
2032	9.418	7%	9.404	7%
2033	10.294	8%	10.278	8%
2034	11.214	9%	11.196	8%
2035	12.199	9%	12.180	9%
2036	13.242	10%	13.221	10%
2037	14.351	11%	14.328	11%
2038	14.814	12%	14.792	11%
Total parcelas - longo prazo	128.986	100%	134.620	100%
(-) Custo de captação – longo prazo	(7.558)		(6.967)	
Saldo total – longo prazo	121.428		127.653	

10 Patrimônio líquido

O capital social integralizado é de R\$ 49.414 em 31 de dezembro de 2024 e 2023, representado por 49.413.735 ações, sendo 24.706.868 ações ordinárias e 24.706.867 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, conforme composição a seguir:

Acionistas (Nota 1.1)	31/12/2024			31/12/2023		
	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações
Casa dos Ventos S.A.	3,56%	1.761	1.760.508	100%	49.414	49.413.735
Air Liquide Brasil Ltda.	1,34%	661	660.765	-	-	-
FLS RDV Subholding S.A.	95,10%	46.992	46.992.462	-	-	-
Total	100%	49.414	49.413.735	100%	49.414	49.413.735

Dividendos mínimos obrigatórios

Dentre as principais determinações do estatuto social, estão destacadas: (i) em cada exercício será realizada distribuição de dividendos não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia constituiu dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 944 (R\$ 1.700 em 31 de dezembro de 2023).

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Lucro do exercício	3.976	7.158
(-) Reserva legal (5%)	(199)	(358)
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	3.777	6.800
Dividendos propostos	944	1.700

Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia constituiu reserva legal no montante de R\$ 199 (R\$ 358 em 31 de dezembro de 2023).

Reserva de lucros a distribuir

Em 31 de dezembro de 2024 foi constituído montante de reserva de lucros a distribuir na ordem de R\$ 2.833 (R\$ 5.100 em 31 de dezembro de 2023).

Dividendos pagos a acionistas

Durante o exercício de 2024 a Companhia realizou pagamentos a título de dividendos no montante de R\$ 3.735 (R\$ 19.613 em 31 de dezembro de 2023).

11 Receita líquida de vendas (Consolidado)

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Venda de energia elétrica	37.627	32.794
PIS e Cofins sobre vendas	(1.374)	(1.145)
Total	36.253	31.649

12 Custos operacionais (Consolidado)

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Custos com pessoal	(374)	(400)
Energia comprada	(6.022)	(1.468)
Depreciação	(8.804)	(8.722)
Seguros	(469)	(151)
Gastos com propriedades	(1.006)	(394)
Compartilhamento de manutenção de torres (a)	(52)	-
Gastos com manutenção	(1.174)	(1.029)
Outros custos	(1.326)	(718)
Total	(19.227)	(12.882)

- (a) Em 31 de dezembro de 2024, a Controlada possuía montante de R\$ 52 que se refere a pagamentos de compartilhamento de manutenção de torres junto à CDV, conforme citado na nota 15(a).

13 Despesas gerais ou administrativas

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Serviços tomados – pessoa jurídica (a)	(1.475)	(43)	(19)	(7)
Compartilhamento de despesas (nota 15)	-	(1.116)	-	(6)
Tributos e contribuições	(18)	(26)	(9)	-
Despesas legais	(1)	(12)	-	(5)
Depreciação	-	(92)	-	-
Seguros	-	(298)	-	-
Outras despesas gerais ou administrativas	(3)	(23)	-	-
Total	(1.497)	(1.610)	(28)	(18)

- (a) Do montante apresentado em 31 de dezembro de 2024, R\$ 1.423 (R\$ 12 em 31 de dezembro de 2023) se refere a pagamentos de consultoria à CDV, conforme citado na nota 15(a).

14 Resultado financeiro

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicação financeira	1.327	2.151	2	5
Outras receitas financeiras	4	4	4	-
Total	1.331	2.155	5	5
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(9.600)	(9.866)	-	-
Apropriação do custo de captação	(560)	(452)	-	-
Outras despesas financeiras	(73)	(119)	(4)	(3)
Total	(10.249)	(10.437)	(4)	(3)
Resultado financeiro líquido	(8.918)	(8.282)	1	2

15 Partes relacionadas

Os principais saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrentes de transações da Companhia e sua Controlada com partes relacionadas, estão descritas abaixo:

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo				
Contas a receber de clientes	2.350	3.345	951	3.753
Venda de energia (nota 6)/(c)	1.173	1.196	-	-
Partes relacionadas – outros créditos				
Transações de condomínio (b)	1.177	2.149	-	-
Dividendos a receber	-	-	951	3.753
Passivo	1.304	4.089	944	3.736
Partes relacionadas – outras contas a pagar				
Outras contas a pagar	1	-	-	-
Transações de condomínio (b)	354	95	-	-
Serviços tomados – pessoa jurídica (a)	5	-	-	-
Compartilhamento de despesas (a)	-	259	-	1
Dividendos a pagar	944	3.735	944	3.735
Resultado	6.621	10.587	(13)	(6)

Ventos de São Galvão Holding S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2024

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida de vendas				
Venda de energia elétrica (c)	9.142	11.703	-	-
Custos operacionais				
Energia comprada (c)	(990)	-	-	-
Compartilhamento de manutenção de torres (a)	(52)	-	-	-
Despesas gerais ou administrativas				
Serviços tomados - pessoa jurídica (a)	(1.423)	-	(13)	-
Compartilhamento de despesas (d)	-	(1.116)	-	(6)
Despesas financeira				
Juros sobre mútuos	(56)	-	-	-
(a)	Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia e sua Controlada possui um contrato de prestação de serviços firmado com a CDV., que possui a finalidade de prestação de serviços administrativos e manutenção de torres.			
(b)	A Controlada possui gastos em regime de condomínio, conforme contrato com a líder do condomínio, ficando com saldos em contas transitórias patrimoniais até a sua liquidação.			
(c)	A Controlada possui operações de compra e venda de energia entre empresas partes relacionadas – Casa dos Ventos Comercializadora de Energia S.A.			
(d)	Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui operações com partes relacionadas decorrente de contrato de compartilhamento de despesas firmado com a CDV.			

A CDV é a controladora final da Companhia.

Remuneração da Administração

De acordo com o termo de posse da Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) realizada em 30 de novembro de 2022, os Diretores ora empossados renunciam ao recebimento de quaisquer valores a título de remuneração pelo exercício do referido cargo de Diretor da Companhia.

16 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Descrição	Mensuração do valor justo	Consolidado				Controladora			
		31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024		31/12/2023	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa		5.312	5.312	1.830	1.830	16	16	29	29
Contas a receber de clientes		3.396	3.396	2.775	2.775	-	-	-	-
Dividendos a receber		-	-	-	-	951	951	3.753	3.753
Partes relacionadas - outros créditos		1.177	1.177	2.149	2.149	-	-	-	-
Aplicações financeiras vinculadas		11.221	11.221	11.232	11.232	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	(127.148)	(135.236)	(133.466)	(140.935)	-	-	-	-
Fornecedores		(585)	(585)	(15)	(15)	-	-	-	-
Outras contas a pagar		(1.035)	(1.035)	(252)	(252)	-	-	-	-
Partes relacionadas – outras contas a pagar		(360)	(360)	(354)	(354)	-	-	(1)	(1)
Total		(108.022)	(116.110)	(116.101)	(123.570)	967	967	3.781	3.781

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia e sua controlada não apresentavam instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado.

b. Mensuração do valor justo

A tabela abaixo apresenta a técnica de valoração utilizada na mensuração do valor justo de nível 2 para instrumentos financeiros no balanço patrimonial, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados.

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Título de dívida – Empréstimos e financiamentos	O valor justo calculado considera: (i) o fluxo de pagamento de parcelas futuras previstas no contrato de financiamento, com juros pós fixados (ii) menos o custo de captação embutido no saldo contábil da rubrica de empréstimos e financiamentos.	Não aplicável	Não aplicável

17 Imposto de renda e contribuição social corrente (Consolidado)

a. Composição do saldo no resultado:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda corrente	(1.060)	(1.169)
Contribuição social corrente	(526)	(548)
Total	(1.586)	(1.717)

b. Apuração do imposto de renda e contribuição social:

A conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão demonstrados a seguir:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Venda de energia	37.627	32.794
Alíquota de presunção	8%	8%
Lucro presumido	3.010	2.624
Outras receitas não operacionais	1.326	2.151
Alíquota vigente	25%	25%
Imposto de renda corrente	(1.060)	(1.169)
CSLL/alíquota de presunção	12%	12%
CSLL/Lucro presumido	4.515	3.935
Outras receitas não operacionais	1.326	2.151
Alíquota vigente	9%	9%
Contribuição social corrente	(526)	(548)
Alíquota efetiva	(29%)	(19%)

c. Movimentação das obrigações com imposto de renda e contribuição social:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Saldos iniciais	254	498
Imposto de renda e contribuição social no exercício	1.586	1.717
Impostos pagos sobre o lucro	(994)	(1.505)
Compensações no exercício	(471)	(456)
Saldos finais	375	254

18 Contingências

A Companhia e sua controlada, no curso normal de suas atividades, estão sujeitas a processos judiciais de natureza tributária, previdenciárias, trabalhistas e cíveis.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências atuais, as decisões mais recentes nos tribunais sobre cada tema, bem como a avaliação dos advogados externos. A Companhia e sua controlada revisam suas estimativas e premissas continuamente.

Contingências identificadas como perda remota não são contabilizadas, nem divulgadas; contingências identificadas como perda possível são apenas divulgadas; e contingências identificadas como perda provável são contabilizadas e divulgadas nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e sua Controlada, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliou não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.